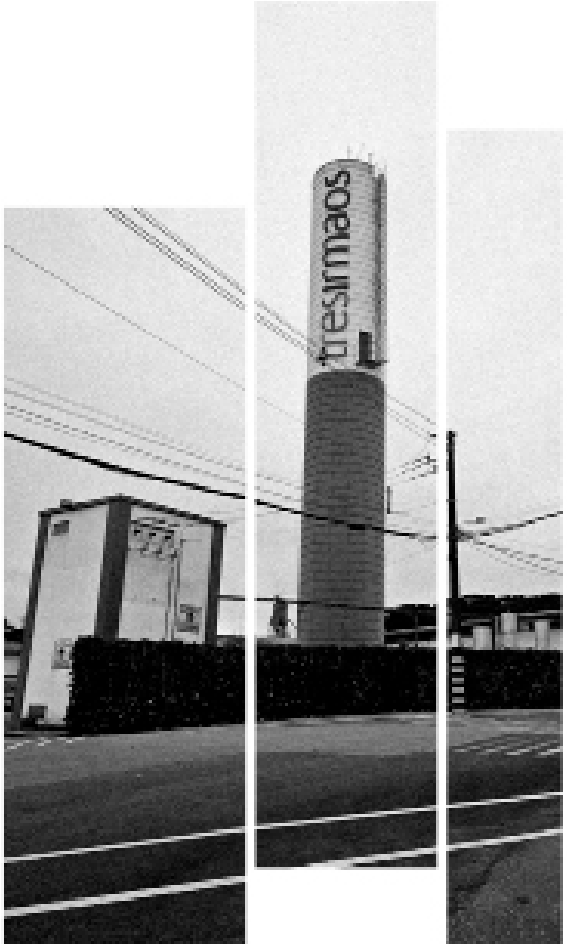
RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI 11.101 DE 2005



Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 29 de dezembro de 2025.

Sumário

01. **Introdução** pg 05

02. **Cronograma Processual** pg 06
- Eventos nos autos após o último RMA pg 07

03. **Operação** pg 13
- Atividade Empresarial pg 13
- Estrutura Societária pg 14

04. **Funcionários** pg 15
- Evolução do Quadro Total pg 15
- Força de Trabalho Efetiva (sem afastados e aprendizes) pg 17
- Aprendizes e Afastados pg 17
- Leitura Financeira e Administrativa pg 17
- Implicações para Gestão de Pessoal pg 17

05. **Estoque** pg 18
- Análise Logística pg 18
- Análise Financeira pg 18
- Análise Econômica pg 19

06. **Produção** pg 21
- Unidade Campo Alegre/SC pg 22
- Unidade Caçador/SC pg 22
- Leitura Econômica Integrada (duas unidades) pg 23

07. **Faturamento** pg 24
- Análise financeira pg 24
- Visão Financeira pg 25
- Análise Econômica pg 26
- Leitura Técnica do Faturamento pg 26
- Implicações para Liquidez e Recuperação pg 26

Sumário

08. Visão Geral do Ativos pg 27

Ativo Circulante: Composição e Efeitos pg 28
Ativo Não Circulante: Créditos e Permanentes pg 29
Leitura Econômica Integrada do Ativo pg 30
Enfoque Financeiro e de Risco pg 30

09. Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido pg 31

Passivo Circulante pg 31
Passivo Não Circulante pg 32
Patrimônio Líquido (Negativo) pg 33

10. Análise Geral do DRE pg 35

Estrutura da Margem Operacional pg 36
Bloco Financeiro e Efeito Tributário pg 36
Interpretação Econômica pg 37
Leitura Financeira e Implicações pg 37

11. Passivo Tributário pg 39

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Santa Catarina) pg 39
Situação Operacional e Risco pg 41
Implicações Financeiras pg 41
Recomendação Estratégica pg 41
Detalhamento dos Principais Passivos Tributários pg 42
Quadro Resumo pg 43
Diagnóstico Operacional pg 43
Implicações e Riscos pg 44

Sumário

12. Passivo Extraconcursal pg 45

Estrutura Detalhada dos Passivos Extraconcursais pg 45

Implicações Estratégicas pg 46

Pontos a Considerar pg 47

13. Débitos Fiscais pg 48

Situação Cadastral e Certidão pg 48

Débitos de ITR com Exigibilidade Suspensa (RFB) pg 48

Processos Fiscais na Receita Federal (SIEF) pg 49

Parcelamentos em Atraso na Receita Federal (SIEFPAR) pg 50

Parcelamentos com Exigibilidade Suspensa na Receita Federal pg 51

Inscrições em Dívida Ativa da União (PGFN – SIDA) pg 51

Interação entre CPEN, Contencioso, Parcelamentos e PGFN pg 52

Matriz de Risco Fiscal pg 53

ITR 2025 – Exigibilidade Suspensa (baixo risco) pg 53

Processos SIEF – Contencioso (risco jurídico relevante) pg 53

Parcelamentos SIEFPAR com Atraso pg 54

Parcelamentos SIEFPAR Suspensos – Risco Médio (dependente de caixa) pg 54

Inscrições PGFN (SIDA) pg 54

CPEN – Risco de Perda de Regularidade pg 54

14. Receita Federal (RFB) - SIEF e Processos pg 55

Pendência – Processo Fiscal (SIEF) pg 55

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF) pg 55

Parcelamentos na RFB — SIEFPAR (exigibilidade suspensa) pg 56

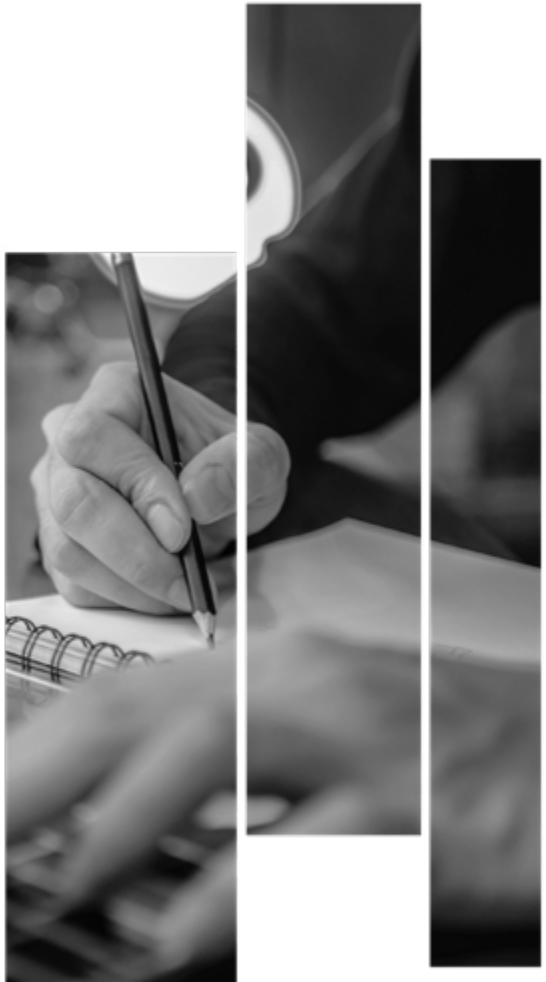
15. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pg 57

SIDA – Inscrições com Exigibilidade Suspensa pg 57

Pendência – Parcelamento (SISPAR) / Transação por Adesão – PGDAU n. 11/2025 pg 57

16. Considerações Finais pg 58

01 Introdução



Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo ao mês de outubro de 2025.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, além da **recente visita técnica ocorrida no dia 06/10/2025 nas dependências matriz da empresa,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br.

02

Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial art. 52))

Evento 124
04/11/2024
Publicação edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art. 55)

Evento 272
28/04/2025
Publicação edital de convocação de assembleia geral de credores (art. art. 36)

Evento 292
20/05/2025
Fim do prazo do edital de convocação da AGC

Evento 307
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025
Votação do PRJ concluída (rejeição na classe II)

Evento 424
27/10/2025
Decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial

Evento 436
31/10/2025
Edital n. 310085373196 – Homologação do plano e concessão da recuperação judicial (prazo do edital finalizou em 19/11/2025).

EVENTOS NOS AUTOS APÓS O ÚLTIMO RMA

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
17/11/2025	458	**Banco Daycoval S.A.**	Petição do banco credor informando o interesse em se tornar credor parceiro e aderir à cláusula 4.6 do Plano. Ressaltou, na oportunidade, que a referida adesão não implica renúncia às garantias em face dos coobrigados.	–	–	–	–	–	✕
18/11/2025	460	**Itaú Unibanco S.A.**	Pedido de habilitação de procurador do credor.	–	Evento 482 - AJ cientificou o credor via e-mail (EMAIL4) acerca do entendimento do Juízo quanto aos pedidos de cadastramento de procurador.	–	–	–	✕
19/11/2025	470	**Recuperanda**	Pedido de alienação de ativos por meio do Stalking Horse e homologação das propostas recebidas.	–	Evento 482 - Anuência ao pedido, condicionada à apresentação de prestação de contas perante a Administração Judicial.	–	–	Pendente de deliberação judicial.	✕

Cronograma Processual

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
24/11/2025	**476**	**Município de Campo Alegre**	Juntada de CND positiva de débitos.	–	Evento 482 - A Administração Judicial informou que solicitou informações à Recuperanda para a resolução do débito e emissão da CND, ao passo que esta diligenciou e emitiu a certidão atualizada, a qual foi colacionada aos autos pela AJ (CERTNEG2).	–	–	Pendente de deliberação judicial.	✓
25/11/2025	**477**	**Itaú Unibanco S.A.**	Pedido para que o Juízo se retrate e reconsidere a decisão que homologou o plano de recuperação judicial e concedeu a recuperação judicial.	–	–	–	–	Pendente de deliberação judicial.	✓

Cronograma Processual

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
26/11/2025	478	**Estado de Santa Catarina**	Manifestação que informou que os débitos da Recuperanda, objeto dos parcelamentos n. 251100182396, 251100343110, 241100396429 e 251100182400, encontravam-se com as respectivas parcelas referentes ao mês de outubro do corrente ano em atraso, e requerimento de intimação para que a Recuperanda procedesse à regularização dos parcelamentos.	–	Evento 482 – A AJ informou que solicitou informações à Recuperanda para que esta providenciasse a regularização dos parcelamentos. Em resposta, a Recuperanda diligenciou e procedeu à regularização, conforme comprovantes anexados pela AJ (COMP3). Registre-se que, até o presente momento, não houve a emissão da CND.	–	–	Pendente de deliberação judicial.	✓
27/11/2025	480	**Comunicação eletrônica recebida - Decisão proferida em Agravo de Instrumento Número: 5093445-70.2025.8.24.0000.**	Admitido o processamento do agravo de instrumento e indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.	–	–	–	–	–	✓

Cronograma Processual

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
27/11/2025	**481**	**Gilberto Seleme**	Apresentação de dados bancários para pagamento do crédito e pedido de cadastramento para receber intimações.	–	Evento 482 - AJ comunicou o credor, por meio do e-mail (EMAIL5), sobre a forma correta de apresentar os documentos bancários diretamente à Recuperanda, bem como o cientificou acerca do entendimento do Juízo quanto aos pedidos de cadastramento de procurador do credor nos autos.	–	–	–	✕

Cronograma Processual

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
28/11/2025	482	**Administração Judicial**	Manifestação favorável ao pedido da Recuperanda para alienação de ativos não circulantes via stalking horse, com base nas avaliações e propostas recebidas, por ser aderente ao PRJ e benéfica ao soerguimento. Informada a regularização fiscal com o Município de Campo Alegre e o Estado de Santa Catarina está em andamento, pendente apenas a CND estadual. Requer-se a autorização da venda com prestação de contas à AJ, o reconhecimento da compatibilidade com o PRJ e prazo de 10 dias para apresentação da CND. Informação de comunicação realizada em face dos credores que apresentaram dados bancários e requereram habilitação nos autos.	–	–	–	–	Pendente de deliberação judicial.	✓

Cronograma Processual

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
03/12/2025	485	**Banco Daycoval S.A.**	Juntada do Relatório de Andamentos Processuais (RAP) e Relatório de Incidentes Processuais (RIP).	–	–	–	–	–	✓
08/12/2025	486	**Recuperanda**	Pedido de alienação de ativos (maquinários e bem imóveis).	–	Evento 513 - Anuência ao pedido com pedido de prestação de contas na forma da manifestação encartada no evento 482.	Evento 490 - Manifestação pelo deferimento do pedido, com ampla publicidade e fiscalização, bem como prestação de contas direcionada ao Administrador Judicial.	–	Pendente de deliberação judicial.	✓
10/12/2025	493	**Recuperanda**	Pedido de declaração de essencialidade de maquinários.	–	Evento 513 – Manifestação pelo deferimento do pedido.	Evento 513 - Manifestação pelo deferimento do pedido.	–	Pendente de deliberação judicial.	✓

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

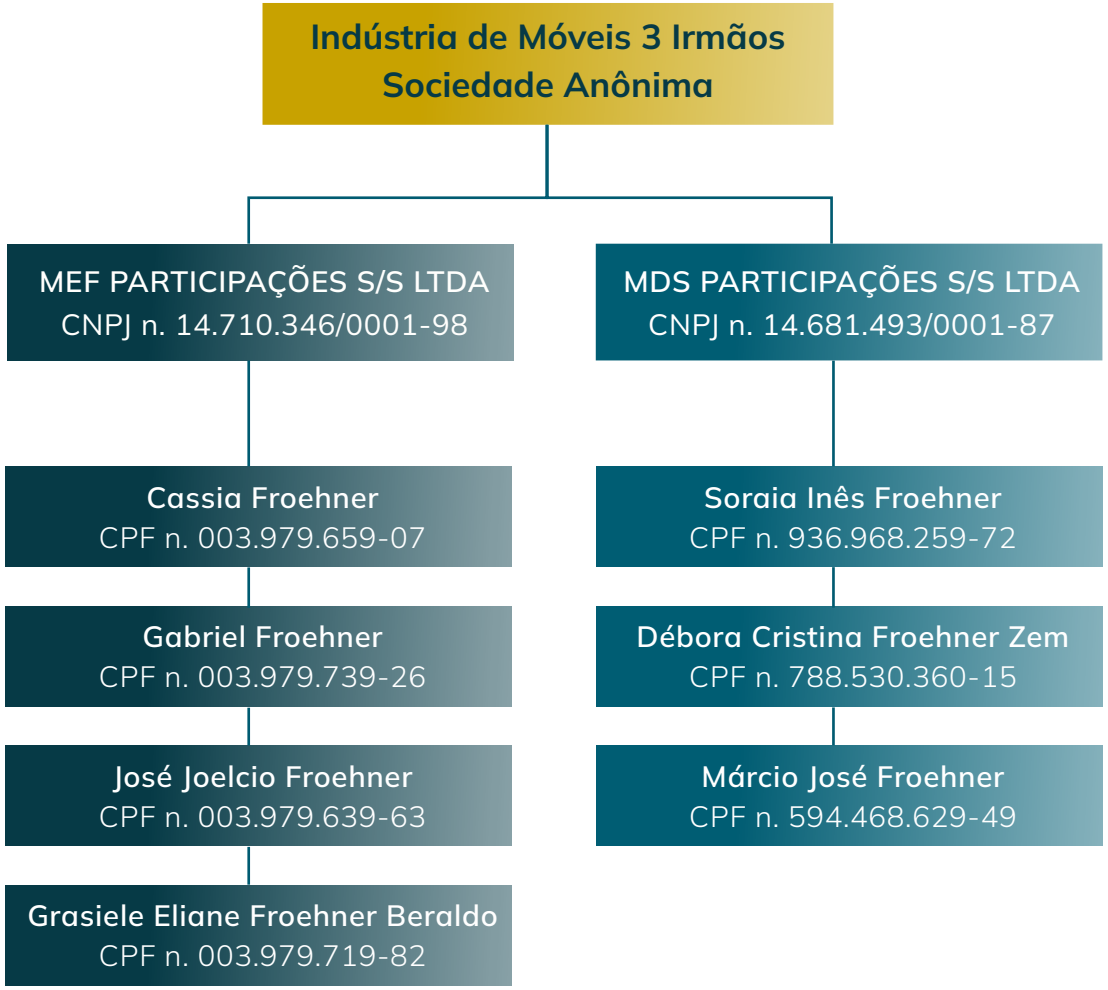
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



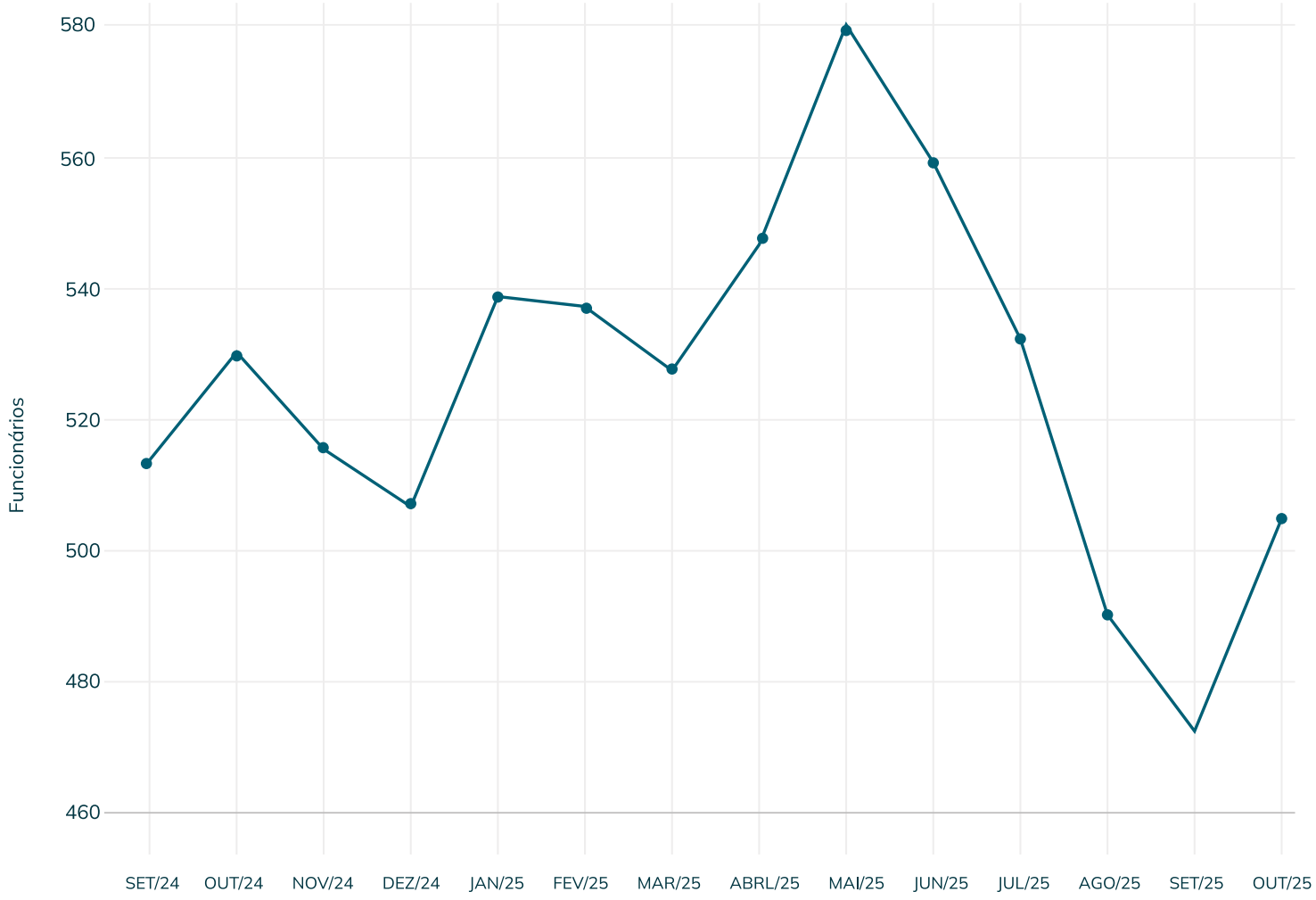
04 Funcionários

A empresa aumentou o quadro efetivo ao longo do período, mas apresenta sinais de ajuste recente após um pico no número de empregados, o que revela uma gestão ativa da capacidade produtiva e dos custos de pessoal. A separação por unidade (Campo Alegre/SC e Caçador/SC), bem como o controle de aprendizes e afastados, indica maturidade administrativa no acompanhamento do número de funcionários e da força de trabalho disponível.

Evolução do Quadro Total

Os totais de funcionários nas unidades de Campo Alegre/SC e Caçador/SC mostram crescimento ao longo dos meses, com a soma total passando, por exemplo, de 357 (Campo Alegre/SC) e 234 (Caçador/SC) em setembro, para picos de 450 (Campo Alegre/SC) e 219 (Caçador/SC) em junho, antes de recuar para 421 (Campo Alegre/SC) e 164 (Caçador/SC) em outubro. Esse movimento sugere uma fase de expansão operacional seguida de ajuste, provavelmente em resposta à sazonalidade dos pedidos, à capacidade de produção de Campo Alegre/SC e à necessidade de adequar a folha de pagamento à realidade financeira da empresa em recuperação judicial.

Funcionários Efetivos (CA + CCD)



Força de Trabalho Efetiva (sem afastados e aprendizes)

A linha “Sem afastados e aprendiz” é o melhor indicador da força de trabalho realmente disponível, somando as duas unidades sem aprendizes e afastados. Esses totais agregados sobem de 511 em setembro de 2024 para um pico de 580 em abril de 2025, caindo depois para 474 em setembro de 2025 e recuperando para 505 em outubro de 2025, o que denota política de ajuste fino: crescimento para atender demanda e posterior redução de quadro visando eficiência de custos.

Aprendizes e Afastados

O número de aprendizes oscila entre cerca de 8 e 16 por unidade, sem tendência de expansão contínua, o que mostra uso moderado desse instrumento de formação e redução de custo trabalhista, mas sem que seja eixo central da política de pessoal. Já os afastados se mantêm em patamar relativamente estável (na casa de 26 a 34 por unidade), indicando que o nível de absenteísmo formal não é o principal driver da variação de mão de obra, mas representa um custo fixo relevante a ser monitorado em programa de saúde e segurança do trabalho.

Leitura Financeira e Administrativa	Do ponto de vista financeiro, o pico de 580 funcionários efetivos (sem aprendizes ou afastados) sugere o ponto mais elevado da massa salarial e dos encargos, o que tende a pressionar o caixa em um contexto de recuperação judicial, especialmente diante da oscilação do faturamento externo da empresa. A redução posterior para 474, seguida de uma nova acomodação em torno de 500, indica uma tentativa de buscar equilíbrio entre capacidade produtiva e sustentabilidade financeira. Tecnicamente, isso aponta para uma gestão que está calibrando o número de funcionários a fim de não comprometer a execução do plano.
Implicações para Gestão de Pessoal	Administrativamente, a empresa demonstra controle detalhado por unidade, por tipo de vínculo (aprendiz) e por condição (afastado), o que constitui um pré-requisito para decisões estruturadas de readequação de quadro, remanejamento interno e planejamento de turnos. Em um segundo momento, pode-se cruzar essa evolução do número de funcionários com as séries de faturamento mensal e de produtividade física, a fim de medir se a empresa está conseguindo aumentar ou manter a produtividade por empregado — informação-chave para avaliar se os ajustes de pessoal têm sido eficazes.

05

Estoque

O estoque de outubro de 2025 manteve a mesma estrutura de setembro, com níveis elevados de matéria-prima em pinus, componentes em elaboração, ferragens importadas e insumos industriais, indicando um perfil de operação intensiva em capital de giro e com forte aderência à cadeia produtiva de móveis para exportação. A comparação mostra que, em termos de itens e quantidades, praticamente não houve variação relevante entre setembro e outubro, o que aponta mais para uma fotografia estática do estoque do que para um movimento significativo de consumo ou renovação no período.

Análise Logística

Logisticamente, a manutenção de grandes volumes de madeira (seca, verde, kanban e linha painéis), painéis em elaboração e ferragens em múltiplos almoxarifados sugere uma forte necessidade de área de armazenagem, movimentação interna complexa e alto esforço de controle físico. Como o inventário de outubro repete as mesmas referências, quantidades e locais de setembro, isso indica que o giro logístico no mês foi baixo em relação ao saldo total, reforçando um cenário de estoques “parados” em várias linhas, especialmente em MRO, EPIs, embalagens e itens obsoletos.

Análise Financeira

Financeiramente, o estoque representa um volume muito expressivo de recursos imobilizados em ativos circulantes, com alta concentração em:

- madeira de pinus (diversas bitolas, almoxarifados e classificações), com valores unitários relevantes por metro cúbico;
- ferragens importadas IKEA (pacotes de ferragem, buchas, parafusos, sapatas, kits);
- produtos químicos de acabamento (tintas, vernizes, seladores, colas, tingidores) e colas especiais.

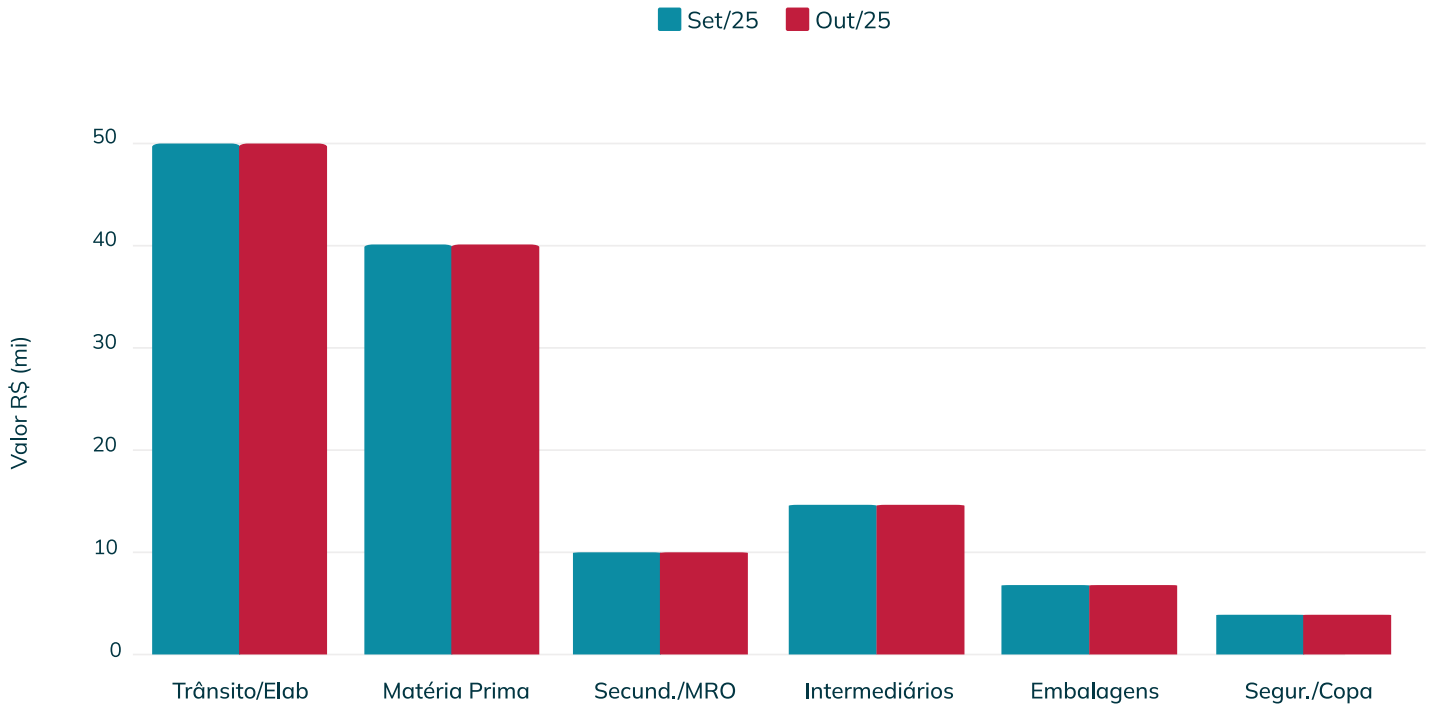
Como as quantidades, os custos unitários e os totais se mantêm essencialmente idênticos entre setembro e outubro, não há evidência de redução do capital estocado no período. Isso significa que o estoque continua sendo um “consumidor” de capital de giro, sem contrapartida de liberação financeira, em um contexto no qual a empresa está em recuperação judicial e depende de liquidez para cumprir o plano e atender aos credores.

Análise Econômica

Do ponto de vista econômico, o fato de o perfil de estoque ficar quase inalterado de um mês para o outro indica:

- baixo giro em diversas famílias de itens, sobretudo manutenção, segurança, consumo e parte de materiais intermediários, o que eleva risco de obsolescência e perdas;
- estoque de madeira e semiacabados em níveis altos, sugerindo capacidade instalada ociosa ou desalinhamento entre planejamento de produção e ritmo de faturamento/exportação.

Estoque por Grupo - Set vs Out de 2025



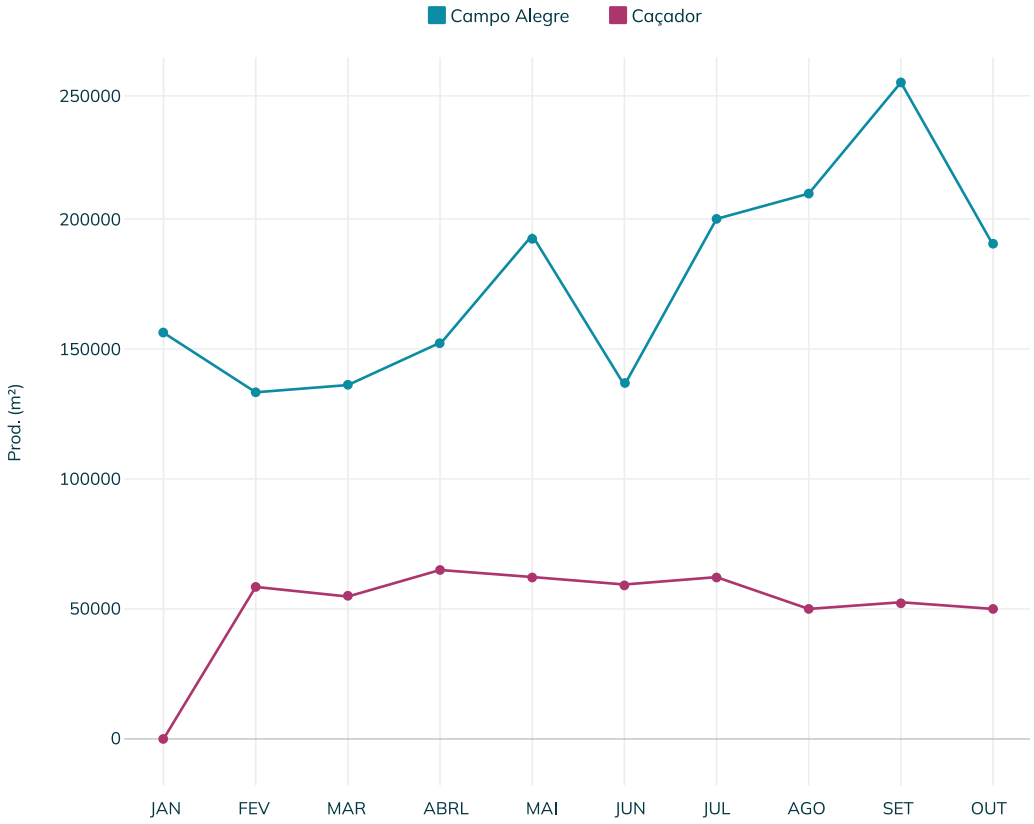
A permanência de itens classificados como “obsoletos” nos almoxarifados de um mês para o outro reforça a presença de estoque sem perspectiva clara de uso produtivo, o que poderia ser alvo de políticas de baixa, venda como sucata ou reaproveitamento. Isso contribuiria para a melhoria de indicadores como giro de estoque, capital de giro líquido e liquidez corrente. Em resumo, logisticamente e economicamente, o estoque está “pesado” e pouco dinâmico entre setembro e outubro, imobilizando recursos que poderiam ser redirecionados para reduzir o endividamento ou sustentar as operações.

06 Produção

A produção das duas unidades mostra aumento relevante de capacidade em Campo Alegre/SC em 2025 e uma reorganização produtiva em Caçador, com transferência da calibração para a matriz e uso da prensa, mantendo volume complementar de painéis. Tecnicamente, o parque industrial está redistribuído para concentrar etapas críticas em Campo Alegre/SC, enquanto Caçador/SC suporta o fluxo com outra tecnologia, com implicações diretas em produtividade, custos e utilização de estoques de painéis e madeira.

A seguir gráfico ilustrativo:

Produção Mensal 2025



Campo Alegre/SC (matriz)	• Tecnicamente, a unidade opera com produção em m² crescendo de patamares em torno de 150–190 mil m² em 2024 para picos de 200–253 mil m² em 2025 (julho, agosto e setembro), antes de recuar para 189.956 m² em outubro. • Economicamente, esse aumento de produção sugere maior diluição dos custos fixos industriais e melhor aproveitamento do estoque de painéis e madeira, o que é compatível com a estratégia exportadora da empresa. O recuo em outubro indica um possível ajuste sazonal ou alinhamento à carteira de pedidos, devendo ser confrontado com o inventário "pesado" registrado no mesmo mês. • Do ponto de vista financeiro, o incremento de m² produzidos tende a elevar a geração de receita e a contribuir para a absorção dos custos de estoque e mão de obra, especialmente após o pico no número de funcionários observado em 2025. Contudo, se a produção elevada não se converter em vendas (giro de estoque), há o risco de transformar esse volume em aumento de estoque de produtos acabados.
Caçador/SC calibração (até janeiro de 2025) e prensa	• Em Caçador, a calibração produzia entre 127.938 m² e 153.521 m² em 2024, recuando para 117.627 m² em janeiro de 2025, quando a máquina é transferida para Campo Alegre/SC, centralizando essa etapa na matriz. • A partir de fevereiro, Caçador/SC passa a operar com a prensa, com produção entre 47.280 m² e 66.951 m² mensais — ou seja, um volume menor em m², mas tipicamente associado a outra etapa/complexidade (prensagem de chapas), mais intensiva em valor agregado unitário do que em área total. • Tecnicamente, isso revela uma mudança no mix produtivo: Caçador/SC deixa de ser um polo de calibração de alto volume e passa a atuar em uma etapa mais específica, reduzindo sua produção em área, mas possivelmente mantendo relevância em termos de valor por m². Essa mudança impacta diretamente na composição de custos e na logística interna de fluxo de painéis entre unidades.

Leitura Econômica Integrada (duas unidades)	• Somando as unidades, o sistema de produção da Três Irmãos aumenta a capacidade total de painéis calibrados e acabados em Campo Alegre/SC, enquanto Caçador/SC dá suporte com prensa, o que tende a aumentar a produtividade global se a demanda acompanhar, ajudando a diluir custos fixos, absorver estoques de madeira e sustentar a estratégia exportadora. • Em termos financeiros, a redistribuição de máquinas (calibração para Campo Alegre/SC) e a manutenção de uma produção relevante em Caçador/SC via prensa implicam reconfiguração de depreciação, custos de manutenção e alocação de mão de obra entre unidades; combinada com o quadro de funcionários e estoques elevados, a empresa precisa garantir que o aumento de produção se converta em faturamento efetivo para aliviar o capital imobilizado e apoiar o cumprimento do plano de recuperação judicial.

07 Faturamento

O faturamento da Recuperanda em 2025 evidencia uma relevante dinâmica financeira e econômica, com forte predominância das exportações, flutuações significativas ao longo do ano e clara influência do mercado externo em seu desempenho global.

Análise Financeira

- O faturamento total acumulado até setembro/2025 foi de R$ 89,38 milhões, incluindo R$ 86,5 milhões de vendas diretas em reais e USD 15,29 milhões em divisas (mercado externo), consolidando elevada participação do mercado internacional.

- Em setembro/2025, o faturamento bruto atingiu R$ 10,2 milhões, reflexo de leve recuperação em relação a agosto e de forte sazonalidade — o total é quase 20% superior à média mensal do primeiro semestre.

- Os meses de maior receita foram janeiro (R$ 13,06 milhões) e setembro (R$ 10,2 milhões); o menor desempenho ocorreu em maio e junho, refletindo possíveis efeitos de baixa intermediária no ciclo de exportações e impacto do calendário externo.

- A variação do faturamento em reais demonstra bom equilíbrio entre estabilidade operacional e resposta a sazonalidade e pedidos especiais, com queda acentuada entre maio e junho, mas recuperação robusta no terceiro trimestre.

Segue a demonstração do faturamento da Recuperanda em 2025 (até setembro), discriminando mercado externo (em reais e dólares), mercado interno e total mensal, com base nos relatórios oficiais da empresa:

Faturamento

MÊS DE 2025	MERCADO EXTERNO (R$)	MERCADO EXTERNO (USD)	MERCADO NACIONAL (R$)	FATURAMENTO TOTAL (R$)
Janeiro	R$ 12.785.452,60	$ 2.136.395,16	R$ 278.544,18	R$ 13.063.996,78
Fevereiro	R$ 9.348.077,88	$ 1.622.961,03	R$ 268.843,66	R$ 9.616.921,54
Março	R$ 9.313.630,07	$ 1.619.182,65	R$ 268.854,46	R$ 9.582.484,53
Abril	R$ 9.271.472,73	$ 1.602.589,40	R$ 296.032,12	R$ 9.567.504,85
Maio	R$ 8.594.739,60	$ 1.518.314,90	R$ 393.139,65	R$ 8.987.879,25
Junho	R$ 8.849.216,67	$ 1.596.066,25	R$ 337.331,28	R$ 9.186.547,95
Julho	R$ 9.820.525,53	$ 1.774.253,15	R$ 325.666,22	R$ 10.146.191,75
Agosto	R$ 8.656.361,46	$ 1.587,143,75	R$ 368.563,32	R$ 9.024.924,78
Setembro	R$ 9.865.791,10	$ 1.834.874,27	R$ 343.962,98	R$ 10.209.754,08
Outubro	R$ 8.962.076,38	$ 1.664.049,80	R$ 359.912,13	R$ 9.321.988,51
TOTAL	**R$ 95.467.344,02**	**$ 16.955.830,36**	**R$ 3.240.850,00**	**R$ 98.708.194,02**

Visão Financeira

- O mercado externo gerou R$ 95,47 milhões no ano, com equivalente em USD de 16,96 milhões, enquanto o mercado nacional somou R$ 3,23 milhões.

- A receita mensal total oscila entre aproximadamente R$ 8,99 milhões (maio) e R$ 13,06 milhões (janeiro), com patamar típico entre R$ 9 e 10,2 milhões, o que garante fluxo de caixa relevante, mas sujeito a variações mensais.

- Do ponto de vista de risco, a concentração em exportações implica forte sensibilidade ao câmbio e à manutenção de contratos externos; a baixa participação do mercado interno reduz a capacidade de compensar eventuais choques negativos lá fora.

Análise Econômica

• Economicamente, o padrão de faturamento é coerente com o perfil produtivo observado: alta produção em m² em Campo Alegre/SC e operação complementar em Caçador/SC, direcionadas a grandes compradores internacionais, em especial via contratos denominados em USD.

• As oscilações mensais (queda após o pico de janeiro, retomadas em julho e setembro, recuo em outubro) refletem sazonalidade de encomendas, ciclos de compra de redes varejistas globais e janelas logísticas de exportação; isso exige planejamento cuidadoso de estoque e produção para evitar tanto falta de produto quanto excesso imobilizado.

Leitura Técnica do Faturamento

• Tecnicamente, o relatório separa claramente o mercado externo em valores em reais e em dólares, evidenciando gestão profissional de exposição cambial e controle de performance em moeda forte.

• A margem técnica de manobra da empresa está em alinhar:

- capacidade instalada (produção em m² das linhas UV e prensa);
- uso de estoques de madeira, painéis e insumos;
- e carteira de pedidos externos, de modo que o faturamento acompanhe a elevação de produção sem inflar estoques de produtos acabados.

Implicações para Liquidez e Recuperação

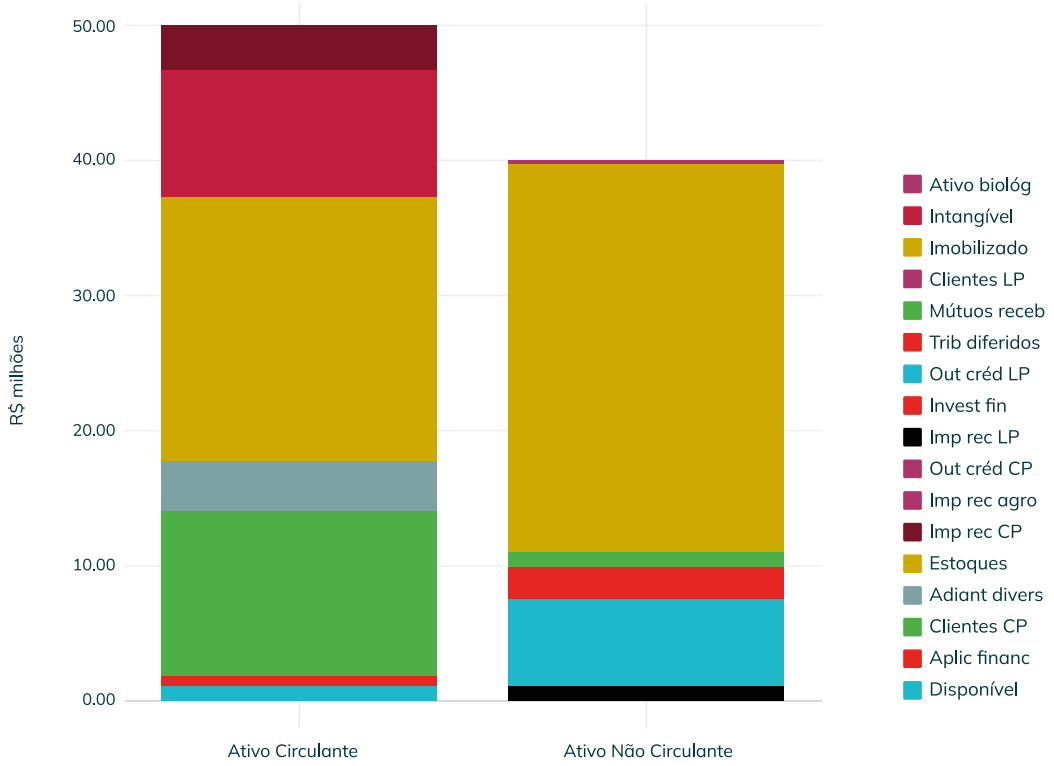
• Em termos de liquidez, um faturamento médio na faixa de R$ 9 a 10 milhões mensais é compatível com a estrutura de ativos e estoques apresentada. No entanto, a empresa precisa garantir uma boa conversão de vendas em caixa (prazo de recebimento, inadimplência e custo financeiro) para suportar o serviço da dívida e os pagamentos trabalhistas no contexto da recuperação judicial.

• A dependência de 96,73% da receita em exportações torna estratégico o reforço na gestão de risco cambial, a diversificação de mercados e um eventual incremento gradual do mercado interno. Essas medidas reduziriam a vulnerabilidade a choques externos, sem comprometer o foco exportador que sustenta o atual nível de faturamento.

08 Visão Geral dos Ativos

O ativo total da empresa em outubro de 2025 é de R$ 89.873.873,86, composto por R$ 49.906.729,55 em ativo circulante e R$ 39.967.144,31 em ativo não circulante, mantendo a mesma ordem de grandeza já observada nos balancetes anteriores de 2025. A estrutura permanece típica de uma indústria intensiva em capital, com forte peso de estoques e créditos tributários no curto prazo e uma base relevante de imobilizado produtivo no longo prazo.
A seguir principais informações:

Composição do Ativo - Outubro de 2025



Ativo Circulante: Composição e Efeitos

Dentro do ativo circulante, a composição é a seguinte:

Disponibilidades: R$ 1.010.077,56 (2,02%);

Aplicações financeiras: R$ 705.097,04 (1,41%);

Clientes: R$ 10.588.871,32 (21,22%);

Adiantamentos diversos: R$ 4.509.514,86 (9,04%);

Estoques: R$ 19.524.271,50 (39,12%);

Impostos a recuperar: R$ 8.946.073,97 (17,93%);

Impostos a recuperar – agroindústria: R$ 4.010.193,64 (8,04%);

Outros créditos: R$ 612.629,66 (1,23%).

Do ponto de vista contábil, observa-se um ativo circulante fortemente concentrado em ativos operacionais — especialmente clientes, estoques e créditos tributários — enquanto caixa e aplicações financeiras permanecem em patamar relativamente reduzido frente ao porte da operação. Essa configuração reforça a elevada dependência do giro de recebíveis e estoques, em linha com o padrão já evidenciado nos balancetes anteriores de 2025.

Do ponto de vista econômico, a elevada participação de estoques — cerca de 40% do ativo circulante — e de impostos a recuperar indica que uma parcela relevante do capital de giro encontra-se imobilizada em mercadorias e créditos fiscais. Essa configuração exige um alto volume de faturamento e uma execução logística eficiente para que tais ativos sejam convertidos em caixa.

Sob a ótica financeira, o saldo de clientes, de aproximadamente R$ 10,6 milhões, corresponde a cerca de 1,1 mês de faturamento médio, considerando uma receita anual acumulada de R$ 98,7 milhões até outubro. Esse nível de contas a receber é compatível com o perfil exportador da empresa; entretanto, quando combinado com o elevado volume de estoques, reforça a necessidade de uma gestão rigorosa do ciclo financeiro, especialmente em um contexto de forte endividamento e recuperação judicial.

Ativo Não Circulante: Créditos e Permanentes

No ativo não circulante, o realizável a longo prazo soma R$ 10.882.497,91, o que corresponde a 27,23% do ativo não circulante, sendo composto por:

Impostos a recuperar: R$ 914.369,13 (2,29%);

Investimentos financeiros: R$ 41.396,50 (0,10%);

Outros créditos: R$ 5.966.410,71 (14,93%);

Tributos diferidos: R$ 2.848.622,72 (7,13%);

Mútuos a receber: R$ 936.507,40 (2,34%);

Clientes de longo prazo: R$ 175.191,45 (0,44%).

Do ponto de vista contábil, observa-se um volume expressivo de créditos diferidos e de outros créditos de longo prazo, que não se convertem em caixa no curto prazo, mas representam direitos relevantes. Essa composição é coerente com o histórico da empresa de acumulação de créditos fiscais e de realização de operações intragrupo.

O **ativo permanente** totaliza R$ 29.084.646,40, equivalente a **72,77% do ativo não circulante,** distribuído da seguinte forma:

Imobilizado: R$ 28.676.592,58 (71,75%);

Intangível: R$ 44.788,08 (0,11%);

Ativo biológico: R$ 363.265,74 (0,91%).

Sob a ótica econômica, o imobilizado robusto confirma a natureza de indústria intensiva em capital da Três Irmãos, com destaque para linhas ultravioletas, prensas e parques de madeira. Trata-se da base material que sustenta a elevada produção física nas unidades de Campo Alegre e Caçador e viabiliza a geração de faturamento próximo a 100 milhões de reais no exercício.

Leitura Econômica Integrada do Ativo	Em comparação com os dados históricos de 2025, o ativo total, situado em torno de 89 a 91 milhões de reais, mantém-se estável, com pequena oscilação na composição entre ativo circulante e ativo não circulante, preservando, contudo, o padrão observado ao longo do exercício: aproximadamente 55% concentrados no ativo circulante e 45% no ativo não circulante. Do ponto de vista econômico, essa estrutura indica que a empresa segue sustentada por uma base consistente de capital produtivo, representada pelo imobilizado, ao mesmo tempo em que mantém um capital de giro fortemente vinculado a estoques e créditos tributários. Essa configuração reforça a necessidade de continuidade de elevado faturamento externo para a manutenção da liquidez operacional.
Enfoque Financeiro e de Risco	Do ponto de vista financeiro, a estrutura do ativo evidencia três pontos centrais: - **Baixa liquidez imediata,** uma vez que caixa e aplicações financeiras somam aproximadamente 1,7 milhão de reais, frente a um ativo total próximo de 90 milhões de reais; - **Elevado grau de imobilização** em estoques e créditos fiscais, tanto de curto quanto de longo prazo; - **Concentração relevante em imobilizado produtivo específico,** diretamente vinculado à atividade industrial.

Essa configuração reforça o diagnóstico construído ao longo do exercício: a empresa apresenta solidez patrimonial em ativos operacionais, porém depende fortemente da eficiência do giro — faturamento, prazos de recebimento e gestão de estoques — para converter esses ativos em caixa e, assim, suportar o elevado passivo financeiro e operacional evidenciado nos balancetes e nos relatórios de credores.

09

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

O passivo total da empresa, em outubro de 2025, alcança R$ 104.837.708,08 reais (cento e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e oito reais e oito centavos), considerando a soma do passivo circulante e do passivo não circulante, enquanto o patrimônio líquido é negativo em R$ 15.563.834,22 reais (quinze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos). Em termos contábeis, isso significa que o patrimônio líquido apresenta déficit quando observados os sinais devedores e credores da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial.

Essa estrutura confirma que os ativos, no montante de R$ 89.873.873,86 reais (oitenta e nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), não são suficientes para cobrir integralmente as obrigações assumidas, caracterizando uma situação de insolvência patrimonial. Tal condição ocorre mesmo diante da geração de resultado operacional relevante ao longo de 2025, o que evidencia o descompasso entre desempenho operacional e estrutura de capital.

Passivo Circulante

O passivo circulante soma R$ 95.741.668,92, composto por: fornecedores — R$ 28.035.905,27 (31,19%); obrigações sociais e trabalhistas — R$ 1.330.894,83 (1,48%); obrigações tributárias — R$ 1.293.670,21 (1,44%); empréstimos e financiamentos — R$ 53.461.863,02 (59,49%); mútuo — R$ 1.492.146,23 (1,66%); duplicatas descontadas — R$ 4.405.392,65 (4,90%); impostos parcelados — R$ 1.078.941,09 (1,20%); adiantamento de clientes — R$ 634.928,28 (0,71%); outras obrigações — R$ 183.660,18 (0,20%) e provisões — R$ 3.824.267,16 (4,26%).

Contabilmente, essas contas representam obrigações exigíveis no curto prazo. O forte peso de empréstimos/financiamentos e duplicatas descontadas demonstra alavancagem financeira elevada e uma estrutura de capital fortemente dependente de dívida bancária de curto prazo.

Economicamente, a predominância de dívidas financeiras e fornecedores revela que a empresa financia seu ciclo operacional principalmente com capital de terceiros — típico de companhias em recuperação, que precisam antecipar recebíveis e rolar capital de giro.

Financeiramente, como o ativo circulante (R$ 49,9 milhões) é bem menor que o passivo circulante, há um capital de giro líquido negativo significativo, o que pressiona o caixa e obriga a empresa a manter um alto nível de faturamento, além de renegociar prazos e alongar dívidas para evitar rupturas de liquidez.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante totaliza R$ 9.696.039,16, composto por: empréstimos e financiamentos — R$ 5.812.885,10; mútuo — R$ 988.578,41; impostos parcelados — R$ 2.260.187,40; impostos diferidos — R$ 246.312,36; e provisões — R$ 388.075,89 (obrigações futuras).

Contabilmente, isso evidencia que apenas parte da dívida foi estruturada no longo prazo; a maior fração permanece no curto prazo, aumentando o risco de pressão de liquidez no horizonte imediato.

Do ponto de vista econômico, os impostos parcelados e diferidos traduzem acordos fiscais e efeitos de diferenças temporárias, típicos de empresas que utilizam programas de parcelamento para compatibilizar o fluxo de caixa com o passivo tributário.

Financeiramente, o volume relativamente pequeno de passivo de longo prazo, frente ao passivo circulante, indica espaço (e necessidade) para renegociar e alongar dívidas, a fim de reduzir o descompasso entre a geração de caixa operacional e os vencimentos — ponto central em qualquer plano de recuperação judicial.

Patrimônio Líquido (Negativo)

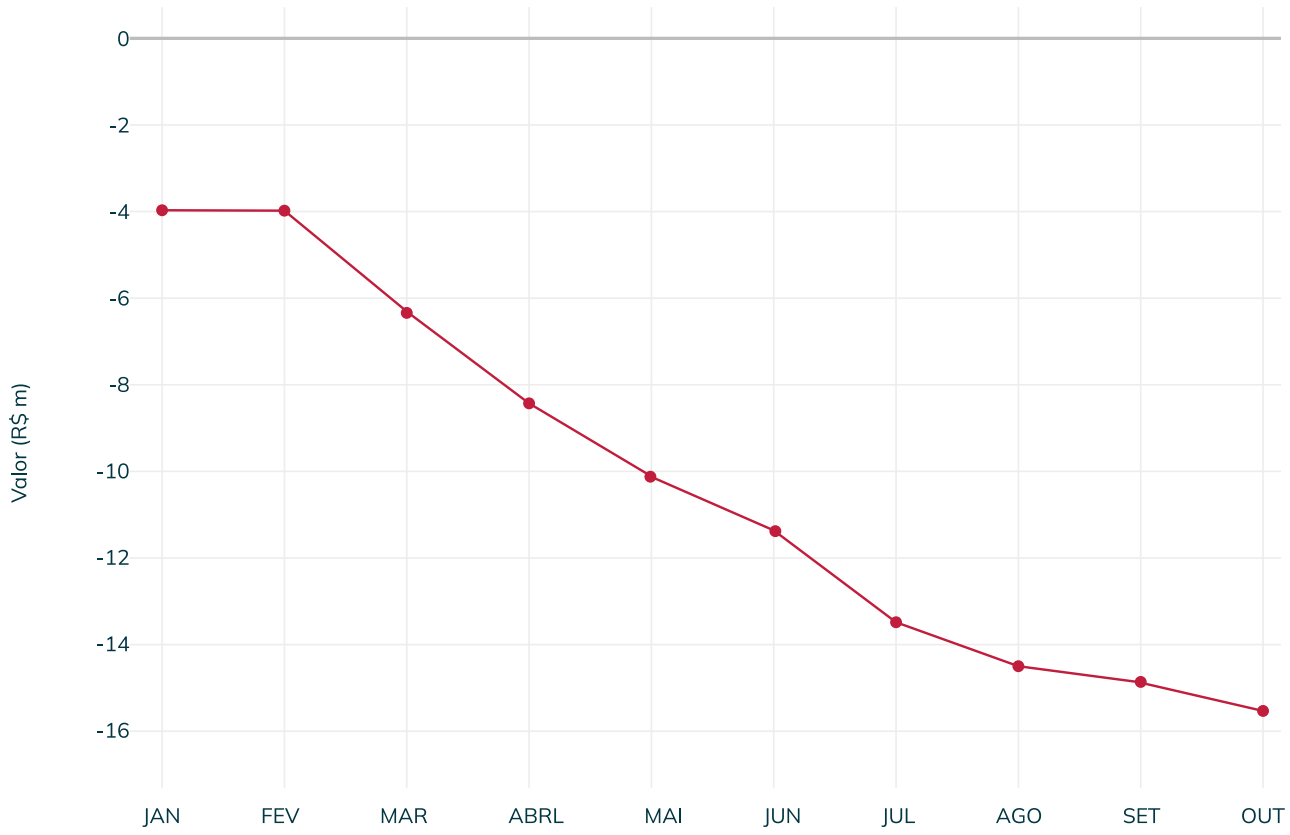
O patrimônio líquido é apresentado com o saldo devedor de R$ 15.563.834,22 (quinze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos), indicando PL negativo de R$ 15,56 milhões (quinze milhões e quinhentos e sessenta mil reais). As contas componentes — capital social, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, resultado do período e ajustes de exercícios anteriores — aparecem individualmente com saldos positivos e negativos em sua movimentação histórica, mas o saldo final consolidado do grupo patrimônio líquido é devedor.

Contabilmente, PL devedor significa que os prejuízos acumulados superam o capital social, as reservas e demais ajustes, corroendo a base de capital próprio. Economicamente, isso mostra que o valor dos ativos não cobre o total de obrigações, o que reduz o valor patrimonial da empresa e coloca os credores em posição de maior risco.

Financeiramente, o resultado líquido do exercício também está negativo no DRE, confirmando prejuízo no período e indicando que, em 2025, a operação ainda não gerou lucro suficiente para recompor o PL negativo — o que agrava a percepção de risco e dificulta o acesso a crédito fora da recuperação judicial.

A seguir gráfico ilustrativo:

Patrimônio Líquido Três Irmãos 2025



A linha mostra a queda contínua do patrimônio líquido, de aproximadamente R$ -4,2 milhões (quatro milhões e duzentos mil reais negativos) em janeiro para R$ -15,6 milhões (quinze milhões e seiscentos mil reais negativos) em outubro, refletindo o aprofundamento do déficit patrimonial ao longo do ano.

10 Análise Geral do DRE

O DRE acumulado até outubro de 2025 indica que a empresa apresenta uma boa capacidade de geração de receita, embora ainda registre resultado líquido negativo. Isso ocorre porque os custos industriais, as despesas operacionais, as despesas financeiras e os tributos, até o momento, superam a receita operacional líquida.

Do ponto de vista técnico, as principais linhas de resultado — “Resultado antes dos impostos” e “Resultado líquido” — permanecem negativas, todavia, em queda conforme m, o que demonstra que, ao longo de 2025, ainda não houve reversão do desequilíbrio patrimonial, embora a continuidade das operações e a geração de receita indiquem potencial de recuperação.

MÊS DE 2025	RESULTADO LÍQUIDO (R$)	ACUMULADO (R$)
Janeiro	R$ 1.979.604,36	R$ 1.979.604,36
Fevereiro	-R$ 30.131,06	R$ 1.949.473,30
Março	-R$ 2.103.621,78	-R$ 154.148,48
Abril	-R$ 1.930.979,37	-R$ 2.085.127,85
Maio	-R$ 1.689.373,92	-R$ 3.774.501,77
Junho	-R$ 1.448.606,76	-R$ 5.223.108,53
Julho	-R$ 2.078.531,73	-R$ 7.301.640,26
Agosto	-R$ 878.277,12	-R$ 8.179.917,38
Setembro	-R$ 413.223,93	-R$ 8.593.141,31
Outubro	-R$ 385.303,68	-R$ 8.978.444,99

Estrutura da Margem Operacional

A receita operacional líquida é de R$ 97.737.182,22 (noventa e sete milhões, setecentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), após deduções de R$ 962.011,81 (novecentos e sessenta e dois mil, onze reais e oitenta e um centavos) sobre a receita bruta de R$ 98.699.194,03 (noventa e oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e noventa e quatro reais e três centavos).

Sobre essa base, incidem custos industriais expressivos: matéria-prima — R$ 61,60 milhões (sessenta e um milhões e seiscentos mil reais); custos produtivos e de apoio — R$ 41,25 milhões (quarenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais); e depreciação da fábrica — R$ 2,00 milhões (dois milhões de reais). Esses custos, somados, praticamente consomem a totalidade da receita, resultando em um resultado operacional bruto reduzido frente ao faturamento.

Na sequência, as despesas comerciais — R$ 2,95 milhões (dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais) — e, especialmente, as despesas administrativas — R$ 9,51 milhões (nove milhões, quinhentos e dez mil reais) —, acrescidas das depreciações administrativas, comprimem ainda mais a margem. Como consequência, o bloco operacional como um todo ainda não gera folga suficiente para cobrir o restante da estrutura.

Bloco Financeiro e Efeito Tributário

No bloco financeiro, as despesas financeiras, no valor de R$ 4.349.522,05 (quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinco centavos), refletem a elevada alavancagem decorrente de empréstimos e financiamentos. Por outro lado, as receitas financeiras — R$ 626.140,34 (seiscentos e vinte e seis mil, cento e quarenta reais e trinta e quatro centavos) — e a variação cambial positiva — R$ 5.566.146,78 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos) — contribuem para aliviar parcialmente esse impacto, embora não o neutralizem por completo.

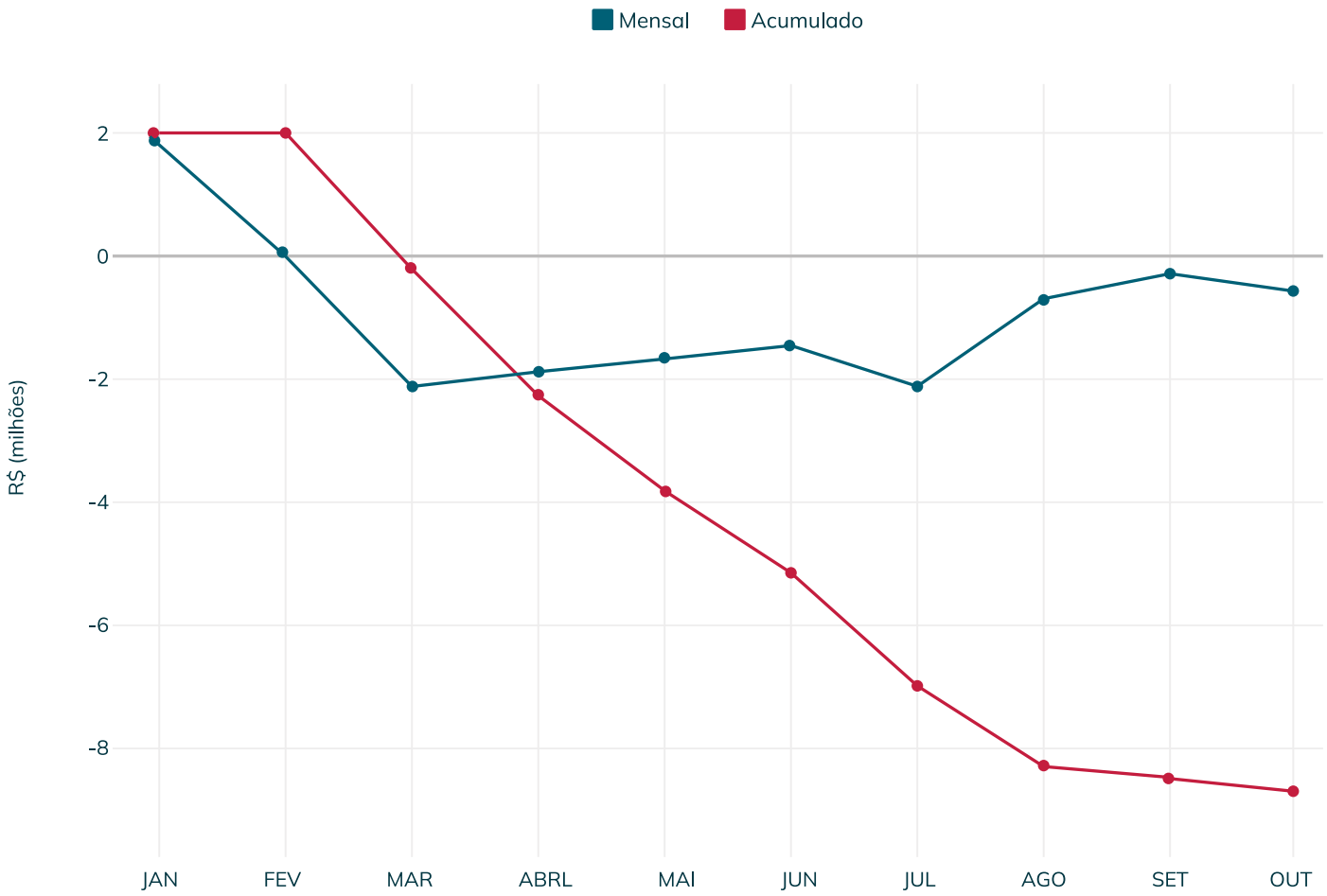
Ainda que o resultado financeiro líquido seja positivo em algumas análises, o DRE consolidado apresenta um “Resultado antes dos impostos” de -R$ 8.846.499,24 (oito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), sinalizando que, mesmo após integrar os blocos operacional e financeiro, persiste um déficit na apuração.

Na sequência, os tributos sobre o lucro (IR/CS), no montante de -R$ 8.907.137,30 (oito milhões, novecentos e sete mil, cento e trinta e sete reais e trinta centavos), juntamente com demais ajustes, resultam em um “Resultado líquido” de -R$ 8.978.444,99 (oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), confirmando o prejuízo líquido no acumulado do período.

Interpretação Econômica	Economicamente, o DRE mostra que a escala de faturamento é compatível com uma grande indústria exportadora, mas a estrutura de custos é pesada demais para o nível atual de preços, produtividade e endividamento. A combinação de custo de matéria-prima, custos fabris e despesas administrativas reduz a competitividade da empresa: a cada R$ 1 de receita líquida, a parcela que sobra para remunerar capital próprio e terceiros é negativa, mesmo em um ano de boa movimentação de exportações. Além disso, o custo da dívida (despesas financeiras) está diretamente ligado ao tamanho do passivo bancário mapeado no balanço; o DRE evidencia que esse custo ainda consome parte relevante da margem potencial.
Leitura Financeira e Implicações	Do ponto de vista financeiro, o DRE indica que a empresa não está gerando caixa suficiente, em termos de resultado contábil, para recompor seu patrimônio líquido negativo, o que mantém a estrutura de capital frágil. A margem líquida de 2025 é negativa (resultado líquido negativo sobre ROL positivo), o que significa que cada unidade de receita, no agregado do ano, destrói valor para o acionista em vez de acrescentar. Em conjunto com o passivo de curto prazo elevado e o capital de giro líquido negativo, esse quadro reforça a necessidade de: redução de custos industriais, enxugamento de despesas administrativas, renegociação/alongamento de dívidas e eventual revisão de preços e mix de produtos, para que futuros DREs passem a registrar resultado líquido positivo e iniciem a recomposição do patrimônio líquido.

A seguir gráfico ilustrativo:

Resultado Líquido 2025



- Em outubro, o resultado líquido mensal permanece levemente negativo, em torno de -R$ 0,7 milhão (setecentos mil reais negativos), mantendo a tendência de leve melhora observada em agosto e setembro, embora ainda sem retorno ao campo positivo.

- No acumulado do ano, o resultado líquido totaliza aproximadamente -R$ 9 milhões (nove milhões de reais negativos), valor compatível com os R$ 8,98 milhões (oito milhões, novecentos e oitenta mil reais) de resultado líquido devedor (D) apontados no DRE até outubro de 2025.

11 Passivo Tributário

A análise detalhada dos passivos tributários indica uma estrutura marcada por diversos parcelamentos de ICMS notificado, todos vinculados ao regime de Recuperação Judicial e distribuídos ao longo de prazos dilatados, com valores expressivos compostos por principal, multas e juros.

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Estado de Santa Catarina)

Parcelamento 251100182396:

- Valor total parcelado: R$ 3.439.466,65;
- Composição:
Imposto: R$ 1.309.481,66 -
Multa: R$ 1.266.298,00 -
Juros: R$ 863.686,99;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Abril/2025 até Março/2032;

Situação: Quitação até outubro de 2025, todas parcelas vencidas e próximas já provisionadas; valores das futuras parcelas com acréscimos de juros embutidos (cerca de 28% do valor mensal é juro ou multa).

Parcelamento 251100343110:

- Valor total parcelado: R$ 599.734,44;
- Composição:
Imposto: R$ 253.057,95 -
Multa: R$ 189.793,36 -
Juros: R$ 156.883,13;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Agosto/2025 a Julho/2032;

Situação: Quitação até outubro de 2025; saldo das futuras parcelas tem proporção significativa de encargos financeiros, totalizando em média R$ 7.139,69 parcela/mês (42% do valor corresponde a multas e juros).

Parcelamento 241100396429

- Valor total parcelado: R$ 641.198,59;
- Composição:
Imposto: R$ 304.845,08 -
Multa: R$ 228.633,80 -
Juros: R$ 107.719,71;
- Parcelas: 60 mensais;
- Vencimentos: Jul/2024 a Jun/2029

Situação: Quitação até outubro de 2025; após setembro todos os valores mensais apresentados com vencimentos estáveis e acréscimos proporcionais de multa/juros, sempre totalizando cerca de R$ 11.825,62 por parcela em atraso.

Parcelamento 251100182400

- Valor total parcelado: R$ 104.854,42;
- Composição:
Somente Multa: R$ 91.704,06 -
Juros: R$ 13.150,36;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Agosto/2025 a Julho/2032;

Situação: Quitação até outubro de 2025; Parcela padrão de R$ 1.248,27 a vencer, composta inteiramente por encargos (multa/juros); esse caso foi originado por notificação sem principal de imposto,

Situação Operacional e Risco	• A soma dos passivos tributários parcelados apenas de ICMS supera R$ 4,8 milhões, dos quais mais de R$ 2,1 milhões são encargos (multa/juros). • Todos os parcelamentos estão em situação ativa, sem parcelas em atraso, o que preserva o Certificado de Regularidade Fiscal nos próximos meses — mas o compromisso de liquidação até 2032 compromete caixa e capacidade de investimento da empresa. • O custo futuro do passivo tributário crescerá se houver reajustes de juros/multa, novas autuações ou atrasos nas próximas parcelas.
Implicações Financeiras	• O pagamento mensal dos parcelamentos, que pode ultrapassar R$ 70 mil considerando todos os acordos, compromete fluxo operacional e limita a capacidade de recomposição de capital de giro. • Multas e juros acumulados evidenciam práticas fiscais problemáticas no passado, obrigando revisão de processos internos para evitar novas notificações e autuações.
Recomendação Estratégica	• É fundamental manter disciplina absoluta no pagamento das parcelas, buscar abatimento de encargos via negociação judicial/fiscal, e adotar controles internos rigorosos para reduzir risco de autuações futuras. • A gestão tributária proativa e preventiva permitirá que, ao fim dos parcelamentos, a empresa recupere margem financeira e reputação fiscal junto ao mercado e órgãos públicos.

O passivo tributário detalhado, portanto, consiste em comprometimento de receita futura via parcelamentos longos, alto custo de encargos, risco fiscal permanente e dependência de gestão ativa para evitar agravamento do quadro financeiro global.

A empresa possui passivos tributários de alto risco e impacto operacional, distribuídos majoritariamente entre parcelamentos de ICMS em regime de recuperação judicial, que se prolongam até 2032. Os anexos mostram vários acordos ativos, cada qual detalhado em valor principal, multa e juros, com parcelas mensais rigorosas e cobrança de encargos que chegam a representar mais de 40% dos montantes mensais em alguns casos.

Detalhamento dos Principais Passivos Tributários

Parcelamento ICMS 251100182396

Valor total parcelado R$ 3.439.466,65. Do total, R$ 1.309.481,66 de imposto principal, R$ 1.266.298,00 de multas e R$ 863.686,99 de juros. Parcelamento em 84 vezes (abr/2025 a mar/2032), com parcela mensal em torno de R$ 40.946, sempre atualizada com nova fração de juros.

Todas as parcelas em 2025 foram quitadas, próximas já calculadas com acréscimos.

Parcelamento ICMS 251100343110

Valor total parcelado R$ 599.734,44, sendo cerca de R$ 253.057,95 de imposto, R$ 189.793,36 de multa e R$ 156.883,13 de juros. Cobrança mensal de R$ 7.139, proporcional a 42% do valor em encargos.

Situação ativa, sem parcelas em atraso.

Parcelamento ICMS 241100396429

Valor total parcelado R$ 641.198,59, com R$ 304.845,08 de imposto, R$ 228.633,80 de multa e R$ 107.719,71 de juros. **Parcelamento em 60 vezes.**

Parcelamento ICMS 251100182400

Valor total parcelado R$ 104.854,42, sendo apenas R$ 91.704,06 de multa e R$ 13.150,36 de juros, originado por notificação sem imposto principal.

Quadro Resumo

PARCELAMENTO	VALOR TOTAL	COMPOSIÇÃO	PARCELAS	PRAZO	SITUAÇÃO OPERACIONAL
251100182396 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 3.439.466,65	R$ 1.309.481,66 / R$ 1.266.298,00 / R$ 863.686,99	84 mensais	2025–2032	**Parcelas quitadas até ago/2025. Futuras incidindo acréscimos. Cerca de 28% de encargos por parcela.**
251100343110 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 599.734,44	R$ 253.057,95 / R$ 189.793,36 / R$ 156.883,13	84 mensais	2025–2032	**Primeira parcela quitada, demais vencendo. Encargos representam até 42% do valor mensal.**
241100396429 (ICMS/Fora do Prazo)	R$ 641.198,59	R$ 304.845,08 / R$ 228.633,80 / R$ 107.719,71	60 mensais	2024–2029	**Parcelas quitadas até outubro/2025, próximas ajustadas com acréscimos.**
251100182400 (ICMS/Multa e Juros)	R$ 104.854,42	R$ 0,00 / R$ 91.704,06 / R$ 13.150,36	84 mensais	2025–2032	**Parcelas quitadas até outubro/2025. Parcela padrão de R$ 1.248,27, toda composta por multa e juros. Acordo originado sem imposto principal.**

Diagnóstico Operacional

- Os parcelamentos totalizam mais de R$ 4,8 milhões, dos quais mais de metade corresponde a multas e juros — um indicativo de problemas fiscais e autuações do passado.

- O valor mensal comprometido com passivos tributários ultrapassa R$ 70 mil, pressionando fortemente o fluxo de caixa e dificultando recomposição de capital, renegociação bancária e implementação de novos projetos.

Até o momento, não há parcelas em atraso, o que mantém a regularidade fiscal e protege a empresa de sanções adicionais, mas as obrigações futuras são pesadas e não permitem margem para atrasos ou renegociações.

Implicações e Riscos	• O alto custo financeiro dos parcelamentos fiscais reduz sensivelmente a competitividade e capacidade de investimento da empresa. A dependência de acordos fiscais prolongados amplia o risco de desequilíbrio operacional caso falte liquidez ou novas autuações surjam. • As multas e os juros embutidos comprovam necessidade de revisão profunda na escrituração e processos fiscais, além de fortalecer controles internos para evitar reincidência. • O comprometimento até 2032 faz com que parte relevante da receita futura esteja bloqueada para liquidação de dívidas passadas, comprometendo planejamento estratégico e capacidade de reação frente ao mercado. **A gestão deste perfil de passivo tributário exige controle rigoroso, disciplina operacional e busca sistemática por redução de encargos, além de transparência fiscal para preservação de reputação junto ao fisco, bancos e parceiros comerciais.**

12. Passivo Extraconcursal

Os passivos extraconcursais da empresa correspondem às dívidas e obrigações não sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, e representam compromissos essenciais e impeditivos à continuidade operacional, impactando diretamente liquidez e solvência.

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais

Fontes Principais (Outubro de 2025)

Bancos nacionais e estrangeiros: Diversos contratos de ACC, FINAME, AF e instrumentos de crédito, incluindo saldos em reais e dólares, em destaque para Banco do Brasil, Caixa, Santander, Itaú, Banrisul, Daycoval, Safra, Sofisa, Luso Brasileiro, Unicred.

Moeda estrangeira: Grande volume de obrigações em dólares, proveniente de ACCs e instrumentos de financiamento da exportação, elevando risco cambial e pressão sobre caixa em caso de variação do câmbio.

Cooperativas de crédito: Contratos de longo prazo envolvendo capital de giro e financiamento para operações produtivas e renovação de parque fabril.

Valores Principais

Total em reais: **R$ 5.645.234,98** (principal, destinação comercial, agrícola, industrial, crédito consignado, financiamentos).

Total em dólares: **USD 8.147.679,63** (grande parte em ACC e instrumentos de giro para exportação, sujeitos a oscilações cambiais até 2026).

Vencimentos: Grande parte das obrigações tem vencimentos que se estendem até 2026–2030, com destaque para títulos longos das cooperativas e bancos; parte relevante dos contratos de ACC vencendo ainda em 2025 e outros programas em até 16 meses.

RECUPERE

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais

Diagnóstico Operacional e Financeiro

• Comprometimento do caixa: Passivos extraconcursais demandam prioridade de pagamento, pois caso inadimplidos, podem gerar bloqueios de contas bancárias, protestos, ações de execução e riscos imediatos à atividade produtiva.

• Risco cambial: A concentração em dívida dolarizada amplia volatilidade das despesas financeiras, podendo dobrar de tamanho em movimentos adversos do câmbio.

Limitação de renegociação: Diferentemente dos passivos concursais, não são sujeitos a plano ou suspensões do processo de recuperação judicial, o que obriga renegociações pontuais diretamente com cada credor.

Pontos Críticos

• Contas com bancos: Diversos valores em aberto com vencimento imediato (ACC, AF) pressionam capacidade de rolagem e custo do capital.

• Cooperativas e Finame: Financiamentos de parque produtivo exigem amortização regular, com risco de execução em caso de descumprimento contratual.

Exigibilidade direta: Em caso de inadimplência qualquer credor extraconcursal pode acionar meios judiciais de cobrança sem necessidade de aguardar tramitação da recuperação, aumentando severidade da exposição financeira.

Implicações Estratégicas

• A manutenção do pagamento dos passivos extraconcursais é essencial para manter fluxo operacional, preservar acesso ao crédito, evitar bloqueios e garantir suprimentos para continuidade da produção.

O monitoramento intensivo dessas obrigações, com controle de vencimentos e hedge de câmbio, é fator crítico para sucesso e para evitar agravamento do risco de insolvência operacional.

Passivo Extraconcursal

Segue um **quadro detalhado** dos passivos extraconcursais, considerando bancos, cooperativas e dívidas em moeda nacional e estrangeira:

CATEGORIA	CREDOR / INSTRUMENTO	MOEDA	VALOR	VENCIMENTOS	RISCO / OBSERVAÇÃO
Bancos nacionais	BB, Banrisul, Safra, Daycoval	Real	R$ 5.645.234	2025–2030	ACC, FINAME, AF, limites de rolagem imediata
Bancos estrangeiros	BB, Santander, Sofisa, Luso	Dólar	USD 8.147.679	2025–2026	Grande exposição cambial e vencimentos curtos
Cooperativas de crédito	Unicred	Real	R$ 3.316.281	2030	Contratos de giro produtivo e financiamento
Dívida comercial/ACC	Diversos (COMEX, exportação)	Dólar	USD 5.898.985	2025/2026	Exigibilidade direta, risco de protesto

Pontos a considerar

- Pagamentos extraconcursais têm prioridade e não são abarcados pelo plano de recuperação judicial.
- Risco elevado de execução, bloqueio e protesto em caso de inadimplência.
- Dívida relevante em moeda estrangeira eleva volatilidade dos desembolsos.
- Amplo comprometimento do caixa e necessidade de controle de vencimentos e câmbio.

A situação exige disciplina máxima de pagamento e gestão ativa do fluxo financeiro para evitar bloqueios e preservar a continuidade operacional da empresa.

13 Débitos Fiscais

A empresa encontra-se em situação de regularidade formal, amparada por CPEN, embora possua passivo fiscal relevante distribuído entre a Receita Federal e a PGFN, com parcelas vencidas, parcelas parceladas e outras ainda em discussão na esfera administrativa e judicial.

Situação Cadastral e Certidão

A matriz está ativa no CNPJ 82.767.641/0001-30, como sociedade anônima fechada, com CNAE de fabricação de móveis de madeira, e encontra-se em recuperação judicial, o que já indica ambiente de estresse financeiro e necessidade de tratamento especial do passivo fiscal. Há Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 20/08/2025, válida até 16/02/2026, o que significa que, embora existam débitos e inscrições, todos os que impactam a certidão estão com exigibilidade suspensa (por parcelamento, discussão ou outra causa).

Na prática, a CPEN permite à empresa manter operações que exigem regularidade (contratos, licitações, crédito), mas essa condição é frágil: qualquer rompimento de parcelamento ou decisão desfavorável sem nova suspensão pode impedir a emissão/renovação. Em contexto de recuperação judicial, isso é especialmente sensível, pois a perda de regularidade fiscal pode travar acesso a crédito e contratos essenciais à recomposição da atividade.

Débitos de ITR com Exigibilidade Suspensa (RFB)

Há cinco lançamentos de ITR (código 1070-02), referentes ao exercício de 2025, todos com vencimento em 28/11/2025, na situação “A ANALISAR – A VENCER”, com exigibilidade suspensa. Os valores individuais são de R$ 48,78 (quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), R$ 370,51 (trezentos e setenta reais e cinquenta e um centavos), R$ 60,81 (sessenta reais e oitenta e um centavos), R$ 23,81 (vinte e três reais e oitenta e um centavos) e R$ 50,18 (cinquenta reais e dezoito centavos), totalizando o saldo devedor de R$ 554,09 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos).

Sob o aspecto da materialidade, trata-se de um montante pouco relevante em relação ao conjunto do passivo fiscal. Ainda assim, esses lançamentos integram o diagnóstico tributário e podem estar associados a discussões relacionadas ao ITR, como eventuais divergências de declaração, área tributável ou valor da terra nua.

Como se encontram nas condições "a vencer" e "a analisar", o risco imediato de cobrança é reduzido. Contudo, eventual decisão desfavorável poderá tornar os valores exigíveis e, se somados a outros apontamentos fiscais, poderão influenciar futuras análises para fins de regularidade e emissão de certidões.

Processos Fiscais na Receita Federal (SIEF)

A análise documental aponta dois blocos distintos de processos em trâmite na Receita Federal do Brasil (RFB): processos com exigibilidade suspensa e processos na condição de "devedor – em julgamento de recurso (crédito)".

Processo n. 10200.722.723/2022-84: encontra-se na situação "Suspenso – Revisão de Lançamento", sob análise em unidade de fiscalização, indicando que o lançamento está sendo reavaliado. Nessa fase, existe a possibilidade tanto de confirmação do crédito quanto de sua redução ou eventual cancelamento.

Processo n. 10909.004.585/2009-11: classificado como "Suspenso – Medida Judicial", com prazo de validade da análise até 04/12/2026, estando vinculado ao desfecho de ação judicial. Conforme o resultado do julgamento, o crédito poderá ser mantido, reduzido ou extinto.

Processo n. 11516.722.923/2019-41: encontra-se na situação "Suspenso – Julgamento de Recurso Voluntário" no CARF, o que indica fase recursal mais avançada e relevância para a definição definitiva do crédito tributário.

Além desses, há um conjunto de processos referentes ao exercício de 2018 na condição "Devedor – Em Julgamento de Recurso (Crédito)", em análise pela Seção de Orientação e Análise Tributária da DRF de Joinville/SC, vinculados a chamados "processos de crédito". Nesses casos, trata-se de contencioso em que há crédito constituído contra a empresa, ainda pendente de julgamento, mas que também envolve discussões sobre créditos do próprio contribuinte,

como compensações ou restituições. Assim, os desfechos possíveis incluem a manutenção do passivo, sua redução ou até a geração de créditos em favor da empresa.

Sob a ótica de risco, esses processos concentram um grau relevante de incerteza, pois decisões majoritariamente desfavoráveis podem elevar o passivo tributário e converter suspensões atuais em débitos exigíveis. Por outro lado, decisões favoráveis podem contribuir para a compensação de outros débitos ou para a redução da necessidade de desembolso futuro, aspecto especialmente relevante no contexto de recuperação judicial.

Parcelamentos em Atraso na Receita Federal (SIEFPAR)

Há seis parcelamentos com exatamente uma parcela em atraso cada, com valores vencidos de R$ 15.270,40 (quinze mil, duzentos e setenta reais e quarenta centavos), R$ 5.446,42 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos), R$ 3.266,37 (três mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), R$ 7.304,26 (sete mil, trezentos e quatro reais e vinte e seis centavos), R$ 7.326,29 (sete mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos) e R$ 46.632,42 (quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), totalizando R$ 85.246,16 (oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos) em atraso.

Quanto à classificação, três parcelamentos estão enquadrados como “Simplificado/Ordinário” e dois como “Simplificado”. O parcelamento com maior valor em atraso não apresenta detalhamento do tipo no extrato, mas integra o mesmo bloco do sistema SIEFPAR.
Sob a ótica jurídica, a existência de parcela em atraso pode colocar esses parcelamentos em situação de atenção, a depender das regras específicas aplicáveis, como quantidade de parcelas em aberto e tempo de inadimplência.

Do ponto de vista econômico-financeiro, o montante em atraso, embora concentrado principalmente em um único acordo, merece acompanhamento, sugerindo a conveniência de priorização de caixa para preservar a regularidade do parcelamento de maior valor.

Caso ocorra a rescisão de qualquer desses parcelamentos, a exigibilidade dos débitos originais é restabelecida, com impacto direto sobre a CPEN e potencial intensificação de medidas de cobrança. No contexto de recuperação judicial, a manutenção desses acordos é relevante para manter o passivo tributário sob um regime de pagamento parcelado e previsível.

Parcelamentos com Exigibilidade Suspensa na Receita Federal

Há dois parcelamentos listados com “Valor Suspenso” de R$ 80.556,43 (oitenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos) e R$ 11.329,32 (onze mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos), ambos do tipo “Simplificado”, totalizando R$ 91.885,75 (noventa e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) sob exigibilidade suspensa. Nesses casos, não constam parcelas em atraso, o que indica situação regular dos acordos na data do relatório.

Esses valores correspondem a uma parcela do passivo atualmente estabilizada em cronograma de pagamento e que, no curto prazo, não representa risco imediato para a CPEN, desde que a empresa mantenha o adimplemento das prestações futuras.

Ainda assim, quando analisados em conjunto com os seis parcelamentos que apresentam parcelas em atraso, o cenário evidencia a importância de uma gestão de caixa cuidadosa, a fim de assegurar a manutenção simultânea dos diferentes acordos vigentes.

Inscrições em Dívida Ativa da União (PGFN – SIDA)

O relatório indica a existência de 12 inscrições de débito junto à PGFN, todas com a situação “ATIVA A SER COBRADA”, vinculadas ao mesmo CNPJ e inscritas em 07/11/2025. Os débitos referem-se a contribuições do empregador (código 4156), contribuições para aposentadoria especial (4162), salário-educação (4201), INCRA (4224) e contribuições destinadas ao sistema S — SENAI (4282), SESI (4299) e SEBRAE (4338).

Todas as inscrições classificam a empresa como “Devedor Principal” e estão associadas a dois processos administrativos: nº 10920.725.226/2025-55, que reúne o primeiro bloco de inscrições, e nº 17830.728.878/2025-08, referente ao segundo bloco. Esse agrupamento sugere a consolidação de débitos previdenciários e parafiscais, possivelmente decorrentes de procedimento de fiscalização ou revisão, posteriormente encaminhados à dívida ativa de forma concentrada.

Embora o extrato não apresente os valores individualizados, o fato de se tratarem de contribuições sociais, geralmente incidentes sobre folha de pagamento ou faturamento, e de terem sido recentemente inscritas, indica a necessidade de acompanhamento atento. Na ausência de medidas de regularização, esses débitos podem evoluir para cobranças mais intensas, inclusive com ajuizamento de execuções fiscais, especialmente no contexto de recuperação judicial.

Por outro lado, a concentração das inscrições em apenas dois processos pode favorecer estratégias de negociação, como transação ou parcelamento específico. Ao mesmo tempo, essa característica reforça a importância de uma condução cuidadosa, pois eventual desfecho desfavorável em um único processo pode manter parcela relevante do passivo em cobrança ativa.

Interação entre CPEN, Contencioso, Parcelamentos e PGFN

A CPEN vigente é sustentada pela combinação de débitos com exigibilidade suspensa (como ITR e processos no SIEF), parcelamentos em curso — com e sem parcelas em atraso — e débitos já inscritos na PGFN em estágio ativo de cobrança. A regularidade formal decorre da manutenção simultânea dessas condições de suspensão, as quais exigem acompanhamento constante e podem se mostrar sensíveis caso não haja adequada disciplina financeira e processual.

Em uma visão sistêmica, o principal fator de atenção no curto prazo está relacionado à inadimplência nos parcelamentos do SIEFPAR, uma vez que eventuais rescisões podem restabelecer a exigibilidade dos débitos e, de forma encadeada, comprometer a CPEN. Outro vetor relevante refere-se ao desfecho dos processos administrativos e judiciais em curso: decisões desfavoráveis no âmbito do SIEF ou da PGFN podem consolidar créditos de maior monta, enquanto decisões favoráveis representam oportunidade de redução do passivo e de alívio do fluxo de caixa no contexto do plano de recuperação.

Como etapa seguinte, é possível estruturar essa análise em uma matriz de risco (baixo, médio e alto) por bloco — ITR, SIEF (por processo), SIEFPAR (por acordo) e SIDA/PGFN (por inscrição ou processo) — incluindo colunas para valor envolvido, prazo crítico e ação recomendada, de modo a apoiar a tomada de decisão e o acompanhamento contínuo.

Matriz de Risco Fiscal

BLOCO	SITUAÇÃO ATUAL	RISCO PRINCIPAL
ITR 2025 (RFB)	5 débitos, total R$ 554,09, “A analisar – a vencer”, exigibilidade suspensa	**Baixo valor, risco mais procedimental**
Processos SIEF	Processos 2009–2022, parte suspensa, parte “devedor – em julgamento”	**Desfechos podem aumentar ou reduzir passivo**
Parcelamentos SIEFPAR atraso	6 acordos, 1 parcela em atraso cada, total R$ 85.246,16	**Rescisão de parcelamento e perda de CPEN**
Parcelamentos SIEFPAR susp.	2 acordos, total suspenso R$ 91.885,75, sem atraso	**Manter adimplência**
Inscrições PGFN (SIDA)	12 inscrições “Ativa a Ser Cobrada”, contribuições sociais/parafiscais	**Cobrança/execução em contexto de RJ**
CPEN	Vigente 20/08/2025 a 16/02/2026	**Renovação depende de manter suspensões**

ITR 2025 – Exigibilidade Suspensa (baixo risco)

Risco: virarem débitos exigíveis após análise, somando-se a outros descumprimentos.

Processos SIEF – Contencioso (risco jurídico relevante)

Risco: decisões desfavoráveis em:

10909.004.585/2009-11 (medida judicial, análise até 04/12/2026).
10200.722.723/2022-84 (revisão de lançamento).
11516.722.923/2019-41 (CARF).
Bloco 2018 “devedor – em julgamento recurso (crédito)” na DRF Joinville/SC.

Parcelamentos SIEFPAR com Atraso

Situação: 6 parcelamentos com 1 parcela em atraso cada; total vencido R$ 85.246,16;
Risco: rescisão dos acordos e retorno dos débitos à cobrança integral, afetando CPEN.

Parcelamentos SIEFPAR Suspensos – Risco Médio (dependente de caixa)

Situação: dois parcelamentos, total suspenso R$ 91.885,75, sem atraso.
Risco: virar risco alto se houver atraso futuro.

Inscrições PGFN (SIDA)

Situação: 12 inscrições ativas, dano concentrado em contribuições previdenciárias e do Sistema S, vinculadas a dois processos (10920.725.226/2025-55 e 17830.728.878/2025-08).
Risco: medidas de cobrança (penhora, bloqueio), especialmente se ainda sem negociação adequada em contexto de RJ.

CPEN – Risco de Perda de Regularidade

Situação: CPEN válida até 16/02/2026.
Risco: não renovação por inadimplência em SIEFPAR ou mudança de status em processos.

14

Receita Federal (RFB) – SIEF e Processos

Pendência – Processo fiscal (SIEF)

Constam processos marcados como “DEVEDOR” (ou seja, com crédito tributário constituído/exigível, salvo eventuais suspensões específicas). A localização indica áreas de cobrança/fiscalização. Isso exige acompanhamento de prazos e eventuais garantias para evitar constrições.

Processo Fiscal com exigibilidade suspensa (SIEF)

Há processos em que a exigibilidade está suspensa por:

- Revisão de lançamento (SUSPENSO-REVISÃO);
- Medida judicial (SUSPENSO-MEDIDA JUDICIAL, com validade de análise mencionada);
- Recursos administrativos (ex.: “DEVEDOR – EM JULGAMENTO RECURSO (CRÉDITO)”), inclusive com “processos de crédito” vinculados — estes podem representar pleitos de compensação/restituição aguardando decisão, com potencial ativo fiscal caso favoráveis. Risco/Oportunidade: se improcedentes, aumentam o passivo; se procedentes, geram crédito ou extinguem débitos.

Parcelamentos na RFB — SIEFPAR (exigibilidade suspensa)

O relatório lista seis parcelamentos com respectivos valores suspensos:

00090821200057541542145 – R$ 165.163,04 (Simplificado/Ordinário);
00090821200218041222126 – R$ 80.311,07 (Simplificado/Ordinário);
00090821200245525322130 – R$ 51.370,78 (Simplificado/Ordinário);
02110001200783239752454 – R$ 335.937,50 (Simplificado);
02110001200852173652492 – R$ 336.951,10 (Simplificado);
02460001100002486342406 – R$ 1.415.483,29.

Total: R$ 2.385.216,78 (exigibilidade suspensa enquanto o acordo estiver adimplente).

15 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

SIDA – Inscrições com Exigibilidade Suspensa

Há inscrições em Dívida Ativa (diversas contribuições – empregador, SEBRAE, SENAI, SESI, Salário-Educação, INCRA, RAT) com situação: ATIVA / AJUIZADA / NEGOCIADA NO SISPAR e exigibilidade suspensa por negociação (vinculadas ao processo 19414.436.392/2022-21). Implica cumprimento estrito do acordo (SISPAR), sob pena de retomada de cobrança/execução.

Pendência – Parcelamento (SISPAR) / Transação por Adesão – PGDAU n. 11/2025

O relatório aponta contas relacionadas a Transação por Adesão (PGDAU n. 11/2025), com modalidades previdenciárias específicas para empresas em RJ (até 60 meses) e demais em RJ (até 120 meses), ambas com redução até 70% (conforme o edital). Recomendações:

- **Confirmar adesão efetiva (status, valor consolidado, desconto aplicado, garantias).**
- **Verificar prazos (adesão/consolidação/pagamento de entrada).**
- **Alinhar fluxo de caixa ao cronograma, pois inadimplência pode romper benefícios.**

16 Considerações Finais

No período analisado, correspondente ao mês de **outubro de 2025,** a Administração Judicial procedeu ao acompanhamento contínuo das atividades da Recuperanda **INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS S.A.,** em estrito cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c”, da Lei n. 11.101/2005, com base nas informações operacionais, contábeis, financeiras e fiscais disponibilizadas pela própria empresa, bem como nos dados constantes dos autos.

Sob o **aspecto operacional,** verifica-se a manutenção da atividade produtiva, com relevante concentração das operações na unidade de Campo Alegre/SC e reorganização do parque industrial, notadamente com a centralização de etapas produtivas estratégicas. A produção, embora apresente ajuste em relação aos meses imediatamente anteriores, permanece compatível com o perfil exportador da empresa, devendo, contudo, ser acompanhada com cautela diante do elevado volume de estoques ainda imobilizados.

No que se refere ao **faturamento,** a Recuperanda manteve receita mensal expressiva, com forte predominância do mercado externo, o que reforça a dependência da empresa em relação às exportações e à estabilidade dos contratos internacionais. Tal circunstância exige atenção redobrada quanto à gestão de riscos cambiais, ao planejamento logístico e à conversão do faturamento em efetiva liquidez.

Considerações Finais

A análise da **estrutura patrimonial** evidencia a permanência de quadro de desequilíbrio econômico-financeiro, com **patrimônio líquido negativo,** capital de giro líquido deficitário e elevado grau de alavancagem, especialmente no passivo circulante. Embora a empresa detenha base relevante de ativos operacionais e imobilizados, a baixa liquidez imediata e a concentração de recursos em estoques e créditos tributários reforçam a necessidade de eficiência no giro operacional.

O **resultado do exercício,** conforme demonstrado no DRE acumulado, permanece negativo, ainda que se observe leve melhora na performance mensal nos últimos períodos. Tal cenário indica que, até o presente momento, a operação não foi suficiente para recompor o déficit patrimonial, sendo indispensável a continuidade de medidas de controle de custos, racionalização administrativa e adequação da estrutura financeira, nos exatos termos do Plano de Recuperação Judicial homologado.

No tocante às **obrigações fiscais,** constatou-se que a Recuperanda mantém parcelamentos ativos e, em sua maioria, adimplidos até o período de referência, preservando, por ora, a regularidade fiscal formal, ainda que com elevado comprometimento futuro de caixa. A Administração Judicial destaca que a manutenção rigorosa desses parcelamentos é condição essencial para evitar agravamento do risco operacional e jurídico.

Quanto aos **passivos extraconcursais,** permanece elevada a exposição da Recuperanda, sobretudo em operações financeiras e contratos vinculados ao comércio exterior, os quais não se submetem aos efeitos da recuperação judicial. Tal circunstância impõe disciplina financeira rigorosa e acompanhamento permanente dos vencimentos, sob pena de risco imediato à continuidade das atividades.

Diante do conjunto de informações analisadas, a Administração Judicial conclui que a Recuperanda **segue em atividade,** com capacidade operacional preservada, porém inserida em um **ambiente de elevado risco financeiro,** exigindo estrita observância ao Plano de Recuperação Judicial, à disciplina de caixa e à transparência na prestação de informações.

A Administração Judicial continuará acompanhando de forma próxima a evolução do quadro econômico-financeiro da Recuperanda, comunicando tempestivamente a este Juízo e aos credores quaisquer fatos relevantes que possam impactar o regular cumprimento do plano e a viabilidade do soerguimento empresarial.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Colon, nº 1200 | Bairro Gloria | Joinville-SC
contato@recupereadmjudicial.com.br